

Duarte Freitas ao nosso jornal

“Pagamento urgente de 53 milhões de euros dos estragos do furacão Lorenzo é um dos assuntos para cimeira com o novo Governo da República”

O Secretário Regional das Finanças, Duarte Freitas, disse ao nosso jornal que “há um conjunto de matérias que ficaram sem resolução (com o anterior Governo de Costa) e que merecem uma especial e premente atenção no relacionamento entre os dois governos”.

Questionado pelo “Diário dos Açores” sobre quais os temas mais importantes a resolver com Lisboa, Duarte Freitas elencou alguns dos assuntos na área das Finanças.

“O pagamento urgente de 53 milhões de euros relativos a documentos de despesa realizada na recuperação dos estragos do Furacão Lorenzo”, é um dos assuntos à cabeça da agenda, acrescentando que “só foram pagos 7 milhões, no último dia de 2023, dos 60 milhões correspondentes aos 85% da prometida solidariedade nacional, relativos a mais de 90 milhões de euros de despesa já executada e não elegível pelo PACS e submetida ao Governo da República”.

Outro assunto na agenda é o



“Despacho de autorização para transformar dívida comercial do sector das saúde em dívida financeira, até ao montante de 75 milhões de euros, conforme previsto no Orçamento de Estado de 2024, e já solicitado pela Região em 17 de Janeiro passado”.

O Secretário Regional das Finan-

ças avança, ainda, que o início do processo de revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas é outro assunto que deverá ser debatido com o actual Governo de Luís Montenegro.

“Estas, entre outras matérias de várias áreas da governação, merecerão certamente a atenção dos

dois governos, nomeadamente na Cimeira que já foi proposta pelo Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores”, conclui Duarte Freitas.

Com efeito, o Presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, mostrou-se disponível para, após o novo Governo da República tomar posse, ser realizada uma cimeira entre os dois executivos, onde sejam abordados assuntos de interesse mútuo.

“Desejo que haja rapidamente um governo do país em pleno funcionamento e estabilidade política e governativa no país, porque também os Açores reclamam essa responsabilidade”, venceu José Manuel Bolieiro há cerca de duas semanas, acrescentando: “Espero que o Primeiro-Ministro seja amigo de Portugal e, para ser amigo de Portugal, não pode dispensar a relação isenta e solidária com o desenvolvimento dos Açores. Portugal é menos sem os Açores”.

PS admite viabilizar o Plano e Orçamento

O PS/Açores admitiu ontem viabilizar o Plano e Orçamento do Governo dos Açores para 2024 desde que o Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM) manifeste um compromisso de abertura em relação às preocupações socialistas.

“O PS não exclui qualquer possibilidade desde que as portas de diálogo e desde que o compromisso de abertura possa surgir e possa estar sobre a mesa”, afirmou o líder parlamentar do PS/Açores, João Castro, em declarações aos jornalistas.

O presidente do Governo Regional, José Manuel Bolieiro, iniciou ontem uma ronda de audições aos partidos com assento parlamentar e parceiros sociais no âmbito do processo de auscultação sobre as antepropostas de Plano e Orçamento Regional para 2024.

João Castro sublinhou que o PS “é um partido dialogante” e “existe em defesa dos Açores e em defesa de um compromisso eleitoral, que foi sufragado recentemente”.

Mas, acrescentou, “essa disponibilidade nunca poderá desresponsabilizar aquilo que é a responsabilidade primeira da coligação, do Presidente do Governo”, em “abrir portas, abrir caminhos para que possam ser encontradas eventuais plataformas de entendimento, se assim entenderem

que é possível”.

“Se houver uma aproximação a esse compromisso, um sentido de convergência, obviamente o PS estará disponível para analisar”, venceu o líder da bancada socialista no parlamento açoriano.

O deputado disse ainda que o partido “não tem” neste momento “um sentido de voto de manifestar abertura”, até porque “ainda não há documento conhecido”.

João Castro sublinhou que o PS deixou ao presidente do Governo Regional “preocupações estruturais”, além de “muitas outras que têm sido colocados nas últimas semanas”.

Entre “as preocupações” que o partido considera determinantes e que deixou na audiência com o chefe do executivo açoriano está a problemática da demografia associada às questões da coesão e da redução das desigualdades sociais.

O PS/Açores assinalou ainda a questão da execução dos fundos comunitários, “enquanto ferramenta fundamental de financiamento e de prossecução de objectivos estruturantes para a região”.

“Trouwemos o problema das acessibilidades e da mobilidade que se tem vindo a agravar nos últimos tempos”, quer internamente, quer na perspectiva do turismo, adiantou



ainda João Castro.

Outra questão colocada pelo PS/Açores tem a ver com a dívida da região e, sobretudo, “com o défice que tem vindo a aumentar de forma exponencial que já atinge um valor superior aos três mil milhões de euros”, apontou ainda o deputado socialista.

PSD satisfeito

Por sua vez, o líder da bancada parlamentar do PSD nos Açores, João Bruto da Costa, espera que o Governo Regional dê continuidade às políticas do anterior mandato no Orçamento da Região para 2024.

“Queríamos sobretudo exortar o Governo Regional a cumprir aquilo com que se comprometeu com os

açorianos, não só nas últimas eleições, mas que já vinha sendo um compromisso com este Plano e Orçamento para 2024, desde logo nas principais medidas, que foram também sufragadas maioritariamente pelos açorianos como boas políticas”, afirmou, em declarações aos jornalistas.

À saída da reunião, em Ponta Delgada, João Bruto da Costa manifestou-se satisfeito com a celeridade com que o executivo açoriano deu início ao processo de preparação da nova proposta de Plano e Orçamento da Região para 2024.

O líder da bancada parlamentar social-democrata disse esperar que o executivo cumpra com o que já estava previsto no anterior documento, chumbado em Novembro, mas também aporte “os compromissos assumidos já com as eleições de 2024”.

Entre as medidas que o PSD pretende que tenham continuidade na nova proposta de orçamento, João Bruto da Costa destacou os impostos com o diferencial fiscal face ao continente no “máximo possível”, a “melhoria dos rendimentos” na agricultura e nas pescas, com o “fim dos rateios” nos apoios aos agricultores, a “Tarifa Açores”, para melhorar as acessibilidades dos açorianos, e as “medidas de apoio social”.